

QUESTÃO AGRÁRIA: DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES

A proposta do dossiê foi refletir sobre a questão agrária a partir de diálogos multidisciplinares. A importância do tema se dá devido ao cenário político que vivenciamos no país. Desde a redemocratização do país, em 1985, é possível dizer que esse momento é o de maior retrocesso dos direitos das populações do campo. O Brasil pós-golpe e, atual fase do governo Bolsonaro, tem negado sistematicamente o direito de acesso e permanência na terra às populações que produzem sua existência material e simbólica em seus territórios: nas águas e nas florestas (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses e pescadores artesanais).

Por outro lado, o desmatamento de biomas naturais e a liberação da venda novos tipos de agrotóxicos bateram recordes nos anos de 2019 e 2020, colocando em risco a reprodução da sociobiodiversidade no campo, desterritorializando e/ou causando impactos biofísicos e sociais que inviabilizam a reprodução do modo de vida das populações do campo. O cenário atual reafirma a importância que tem o campesinato para toda a sociedade, pois produzem alimentos saudáveis para a população, livre de transgênicos e agrotóxicos. Os camponeses desenvolvem sua produção por meio de agroecossistemas complexos, distintos da monocultura do modelo agrário/agrícola exportador, caracterizando uma relação equilibrada com os ecossistemas locais.

Este dossiê soma-se como mais uma contribuição para o entendimento da complexa, diversa, controversa e contraditória questão agrária brasileira. O artigo *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul*, de André Alexandre Ricco de Freitas, abre o dossiê. O autor desenvolve uma explanação sobre os conflitos agrários que marcaram o início da implantação da reforma agrária no estado e que culminou com o surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra. Em seguida, discute os entraves na política agrária causada pela modernização da produção agropecuária que se intensificou com o processo de agroindustrialização culminando com a expansão do agronegócio que, por sua vez, afeta a política de criação de assentamentos rurais. A consolidação do agronegócio se tornou um entrave para a política agrária e, apesar das dificuldades, foi possível a criação de um número significativo de assentamentos rurais no em Mato Grosso do Sul.

Em *A luta do MST em Mato Grosso do Sul: análise conjuntural das manifestações do campo*, Lara Dalperio Buscioli enfatiza que questão agrária no Brasil é permeada por diversos conflitos territoriais dos quais as ocupações de terras e as manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais (camponeses, indígenas, quilombolas etc.) tem se tornado a principal forma de conquista pela terra/território. No estado do Mato Grosso do Sul (MS), a inserção de empresas de capital estrangeiro tem gerado modificações territoriais expressivas na área rural. Assim, o artigo elucida as atuações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em MS, através das manifestações do campo entre os anos de 2000 e 2018. A autora produz o trabalho a partir de levantamento bibliográfico, entrevista e sistematização de dados quantitativos do DATALUTA/NERA, da Unesp/Presidente Prudente.

Cleidivaldo Siqueira Pereira e Rodrigo Simão Camacho, no artigo *Os impactos provocados com agrotóxicos usados pelo agronegócio canavieiro sobre os camponeses sericicultores e demais produtores do assentamento Betel e Comunidade Estrelinha em Glória de Dourados-MS*, realizam uma análise



das resistências dos camponeses frente à territorialização da cana-de-açúcar no assentamento Betel, Glória de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. Os autores verificaram que os camponeses estão cercados pelo avanço canavieiro na localidade, fato que acarretou em vários impactos territoriais para os sujeitos, como a perda da produção de alimentos, perda de animais, a perda da biodiversidade e a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos usados nas lavouras de cana. A realidade descrita pode ser observada a partir dos impactos nas atividades dos sericultores (produtores do bicho-da-seda) dentro do assentamento Betel, onde a resistência se torna o grande trunfo frente à expansão canavieira naquela localidade, para continuarem realizando suas atividades produtivas.

O artigo de Andrey Minin Martin, intitulado *Entre Livros e o Roçado: trajetórias educacionais no Assentamento João Canuto-PA*, analisa as experiências práticas de Educação do Campo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes, assentamento João Canuto, município de Xinguará/PA, tendo como sujeitos da pesquisa professores/as da escola e moradores do assentamento. Foram analisados o mote documental de materiais didáticos utilizados no processo de ensino, tendo centralidade a coleção Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo (PNLD 2016/2018), suas práticas e usos. Através da metodologia da história oral e diálogo com autores sobre educação no campo e ensino de história buscou-se entender como novas práticas educativas foram gestadas no processo de luta, pautadas na emancipação dos sujeitos, reafirmação de suas identidades e na valorização de saberes centrais para permanência dos homens e mulheres no campo.

Em *A Estrutura Fundiária no Brasil e a Luta pela Reforma Agrária: o acampamento e a escola itinerante Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho-PR*, Marcio Luiz Carreri e Gabriely Cristine Souza apresentam um debate sobre a histórica estrutura fundiária brasileira e sua modernização conservadora, assim, discutem a relação entre a propriedade e posse da terra no Brasil e a luta pela reforma agrária, com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O artigo faz um estudo sobre a Educação Popular e um caso em especial, o acampamento Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho – PR. Para a realização da pesquisa os autores desenvolveram trabalho de campo e produziram entrevistas no acampamento e na escola, além da historiografia sobre o tema.

O artigo *Produção e Comercialização de Alimentos Frente a Legislação Vigente: o caso do Mercado Popular de São Gabriel da Palha-ES*, de Claudinei Lucio Santos apresenta a experiência de produção e comercialização das famílias camponesas vinculadas ao Mercado Popular de Alimentos de São Gabriel da Palha-ES. O texto reflete sobre os desafios enfrentados pelas famílias camponesas para conseguir comercializar seus produtos diante das exigências sanitárias da legislação vigente. Assim, destacam a importância da produção agroecológica, que se apresenta de forma contra-hegemônica diante do modelo agrário/agrícola dominante do agronegócio. A metodologia da pesquisa está baseada na revisão bibliográfica, entrevistas com famílias vinculadas ao Mercado Popular e entrevistas com os consumidores dos alimentos vendidos no mercado. O artigo evidencia que as regras sanitárias impostas pela legislação não dialogam com as necessidades e especificidades da produção familiar camponesa, sendo mais um mecanismo de exclusão dos pequenos agricultores e de reprodução do modelo hegemônico do agronegócio.

Encerrando o dossiê, o artigo *Estado e Pobreza no Campo: trocas simbólicas entre direito, dívida e dívida*, dos autores Geórgia Vieira de Sousa e João Miguel Diógenes de Araújo Lima, aborda os avanços e limites das políticas públicas focalizadas na mitigação da pobreza rural, tendo como recorte espacial de análise, o município de Itapajé-CE. Através de referências bibliográficas, fontes documentais e de pesquisa campo, realizada de 2013 a 2015 e novamente em 2018, verificou-se uma população rural pobre, de baixa escolaridade, vivendo da agricultura familiar e com renda per

capita de R\$ 85,00. Essa população reconhece a participação em políticas sociais ao mesmo tempo como direito e como dívida – de Deus, ou dos técnicos do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), do Governo Federal. Os autores destacam, assim, as relações de dependência e as trocas simbólicas que atravessam a garantia de direitos básicos.

Desejamos a todos e a todas uma excelente leitura!

Organizadores

Fabiano Coelho – PPGH/UFGD

Rodrigo Simão Camacho – LEDUC/PPGET/UFGD; PPGG/UFGD; PPGG/UFMS

Dourados/MS, Primavera de 2020.

Resistimos e lutamos contra a pandemia da COVID-19 que ceifou mais 145 mil vidas brasileiras! Nos solidarizamos com as vítimas e seus familiares.

